

Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: “CUIDAR SEM AGREDIR OU SILENCIAR”: A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM FRENTE À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Relatoria: João Emanuel Pereira Lacerda
Antonio Samuel Silva Lins

Autores: Taís Silva Batista
Rachel Cardoso de Almeida
Camila Almeida Neves de Oliveira

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: A enfermagem enquanto ciência do cuidar, encarrega-se de levar o olhar humanizado e holístico aos campos mais divergentes em que possa ser inserida, concretizando-se como mister na equipe de saúde. A tomada de decisões e manejo de tecnologias do cuidado são exemplos de atribuições recorrentes ao profissional. Em um quadro de atendimento à vítima de violência sexual, o manejo sensível e a confidencialidade são irrefutáveis, já que predomina-se pelo serviço de saúde ante os agentes de segurança. Objetivo: Descrever a atuação de enfermagem à vítima de violência sexual, com foco no atendimento qualificado. Métodos: Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases de dados do Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde entre o período de março a julho de 2022. Seguida à leitura e refinamento dos achados, oito estudos ampararam a presente análise. Resultados: A determinação de protocolos padronizados, em casos de agressões, normatizam a assistência quanto à propedêutica, cabendo citar a identificação do quadro; a coleta de vestígios; encaminhamentos para realização de exames, com destaque se após seis dias ao delito, explicando riscos e possíveis resultados; solicitar consulta ginecológica e aplicar condutas farmacológicas. Todavia, ações comuns que não envolvam o uso de tecnologias duras também são relevantes como a escuta qualificada, promoção do acolhimento do cliente e familiares, uso do diálogo aberto e flexível ao longo da assistência, educação permanente e a aplicação do Processo de Enfermagem, sendo este privativo do profissional enfermeiro. Vale ressaltar ainda que a assistência pode não ocorrer, por motivos que ponham em risco a segurança da pessoa ante o profissional, seja pela exposição do profissional ou suposta vingança por parte dos agressores. Conclusão: Destarte, a alarmante incidência de novos casos de violência contra a mulher, no Brasil e em todo mundo, configura-se como um problema de saúde pública, deste modo, os Estados e todos os órgãos competentes que possuem responsabilidade e jurisdição vem refinando o olhar, a fim de garantir uma assistência mais humana, eficaz e integral às vítimas, fenômeno esse que é tão rotineiro e invisibilizado.